

Artigo Original

A democratização das atividades de aventura na natureza: o projeto “Canoagem Popular”

Tiago Nicola Lavoura^{1,2}
Gisele Maria Schwartz¹
Afonso Antonio Machado²

¹LEL - Laboratório de Estudos do Lazer do Departamento de Educação Física da UNESP Rio Claro
SP Brasil

²LEPESPE – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte do Departamento de
Educação Física da UNESP Rio Claro SP Brasil

Resumo: Este estudo, de natureza qualitativa, realizado por intermédio de análise documental e bibliográfica, objetivou discutir as relações necessárias entre as associações locais, os poderes públicos municipal, estadual e federal e os órgãos institucionais que regem suas respectivas modalidades, possibilitando resgatar o diálogo da democratização das atividades de aventura na natureza, considerando a atual dinâmica socioeconômica e política, investigando, ainda, possíveis ações para a massificação de tais atividades, tendo como exemplo o Projeto “Canoagem Popular”, realizado no Município de Piracicaba, SP.

Palavras-chave: Atividades de aventura na natureza. Poder público. Política de lazer.

The democratization of adventure activities in nature: project “Canoagem Popular”

Abstract: This study, of a qualitative nature, developed by documental and bibliographical analysis, aimed to discuss the necessary relations between local associations, municipal, state and federal public powers and the institutional agencies in their respective modalities, due to rescue the dialogue of the democratization of adventure activities in nature, considering the current social, economic and politic dynamics, also investigating possible actions to spread out such activities, taking as example the Project “Canoagem Popular” at Piracicaba, SP.

Key Words: Adventure activities in nature. Public power. Politics of leisure.

Introdução

O planeta Terra já passou dos seis bilhões de habitantes e, devido a este contingente de pessoas e às ações das mesmas no mundo, encontra-se hoje em uma crise ambiental terrível, que passa a assolar o *habitat* dos seres humanos e de outros seres vivos. Alguns dados a este respeito tornam-se bastante interessantes e alarmantes, tendo em vista a finitude dos recursos naturais existentes na superfície terrestre.

Em meio a toda essa crise ambiental que assombra a sociedade global, em tempos atuais, como o aquecimento global, a possibilidade de falta de água, as ameaças crescentes advindas do derretimento das camadas polares, além do risco de fome e da disseminação de doenças, parece transparecer ainda mais a necessidade de ampliação das discussões, em todas as áreas do conhecimento, acerca da relação do ser humano com o meio ambiente (POCHMANN; AMORIN, 2003).

Sob esta ótica, todas as reflexões promovidas com o intuito de conscientização acerca desta problemática denotam importância, tendo como idéia central os rumos e caminhos que tomou a sociedade atual, pensando-se nos aspectos da globalização, como evidencia Ianni (1997), do trabalho e não trabalho, do tempo disponível, da premência da educação ambiental, dos espaços educacionais e de alterações atitudinais, apresentando possíveis vias alternativas neste sentido, incluindo-se, aquelas manifestações no lazer, capazes de favorecer experiências significativas e marcantes, como as atividades de aventura na natureza (SCHWARTZ, 2001, 2002), quando voltadas para o desenvolvimento do comportamento pró-ambiental.

Como bem evidencia Betrán (2003, p. 159), encontrou-se nas atividades de aventura na natureza um “*mix* atrativo”, pensando no turismo, na natureza, no esporte e na aventura, facetas do setor do lazer que se uniram e obtiveram um

abrupto crescimento, se desenvolvendo na década de 70 e se consolidando na década de 90, mas que, além destes aspectos, podem representar espaço profícuo para reflexões.

Com a percepção acadêmica sobre a emergência deste campo, deu-se início abrangentes discussões e reflexões acerca do tema, em especial sobre a relação humana com o meio natural, especialmente no âmbito do lazer, focalizando-se a busca por novos estilos de vida, a procura por outras sensibilizações e emoções catalisadoras dos processos de conscientização e preservação da natureza.

Por outro lado, ainda são raros os enfoques referentes à relação destas atividades de aventura com as condições socioeconômicas afluente delineadas nesta sociedade. Talvez, o ofuscamento desta reflexão perpassasse o medo de desmerecer ou desconsiderar a legitimidade de tais práticas na natureza, ponto nevrálgico, que merece esclarecimentos em novos estudos.

Embora diversas experimentações sejam possíveis, necessita-se discutir formas de se sociabilizar tais oportunidades, visto a elitização e a mercantilização que tais práticas podem suscitar, com base em suas características peculiares, no que concerne ao deslocamento, ao aparato tecnológico envolvido e ao nível de *performance* exigido, entre outras variáveis.

Não se pode negar, entretanto, a possibilidade de alterações de valores e atitudes, experimentação de emoções, novas sensibilizações, mudanças de hábitos e estilos de vida nas vivências e (re)aproximações com os ambientes naturais. Diante de tal problemática, o objetivo deste artigo é refletir sobre possibilidades de democratização das atividades de aventura na natureza, tomando como base o projeto social existente na cidade de Piracicaba-SP, denominado Canoagem Popular, que visa a popularização e a massificação do esporte de aventura referente à canoagem.

Reconhecendo tal projeto como fundamental para a democratização da modalidade no município de Piracicaba, o intuito aqui é apresentar a organização do mesmo, no sentido de catalisar novas possibilidades e perspectivas de atuações das atividades de aventura para todos.

A realidade social brasileira

Ao se pensar o lazer como um fenômeno social, necessita-se ajustar os olhares também para o contexto geral, compreendendo-o, não só a partir da observação da sua fachada, mas do todo que o abarca.

Segundo dados do PNAD/IBGE (INSTITUTO..., 2005), no Brasil, da totalidade da população de dez ou mais anos, ocupada, pensando-se em classe de rendimento de trabalho, tem-se a seguinte situação: 10,1% recebem até ½ salário mínimo; 49% recebem mais de ½ a 2 salários mínimos; 19,4% recebem mais de 2 a 3 salários mínimos; apenas 5,9% recebem mais de 5 a 10 salários mínimos; somente 2,2% recebem mais de 10 até 20 salários mínimos; e exclusivamente 0,8% da população recebe mais de 20 salários mínimos.

Não é difícil perceber a desigualdade de distribuição de renda neste país, a qual, embora venha diminuindo nos últimos anos¹, ainda apresenta uma grande disparidade entre classe pobre e miserável, de um lado, e classe alta, de outro.

De acordo com os dados divulgados pelo Centro de Políticas Sociais da FGV (FUNDAÇÃO..., 2007), o Brasil possui 20,06 milhões (11,41%) de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria, indivíduos que não conseguem suprir suas necessidades diárias de alimentação, e 55,38 milhões (30,69%) de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, ou seja, indivíduos que não adquirem atendimento adequado para as suas necessidades básicas de alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário e transportes. Somando-se essas duas camadas da sociedade, obtém-se um pouco menos da metade da população brasileira.

Diante de tal situação, percebe-se que as vivências no lazer ficam restritas à concepção da organização social do sistema como um todo, permitindo afirmar que certas práticas são acessíveis analogicamente a determinadas camadas da população. Apoiando esta discussão, vale transcrever as palavras de Mascarenhas (2003, p. 135), para enriquecimento da reflexão:

[...] Ocorre que, como um direito social, pouco interessa se 15% de nossos jovens nunca tiveram a oportunidade de ir ao cinema, 46% ao teatro, 29% a um *show* de música brasileira, 86% a um concerto de música clássica, 52% ao museu, 72% a uma exposição fotográfica, 77% a um espetáculo de dança moderna, 88% a um espetáculo de *ballet*, 22% ao circo, 49% a um jogo de futebol no estádio e 40% à biblioteca.

Assim como as distinções entre faixa etária e gênero, localização geográfica, etnias, raças e credos religiosos, segundo Mascarenhas (2003), a gradação de “classe”, passa também a constituir unidades de grupamentos, devidamente

¹ Comparado com os valores divulgados pelo PNAD/IBGE, o valor do GINI (valor estatístico que mede a desigualdade da distribuição de renda no país, sendo que quanto mais longe do zero, maior a desigualdade) do ano de 2005 teve maior aproximação do valor zero, do que nos anos anteriores. Neste ano

relacionados com os padrões de consumo. Voltando os olhares para o âmbito do lazer, nessa perspectiva, a construção de redes de sociabilidade depende, como qualquer outro setor da tessitura social existente, de padrões economicamente determinados, constituindo-se em um verdadeiro nicho de mercado e resultando em privação dos direitos para um amplo setor da sociedade.

Dessa forma, quando um indivíduo nasce, já se inicia, desde o primeiro momento, seu processo de socialização, como um ser no mundo, sendo, este último, uma realidade institucionalizada e objetivada e estando o sujeito, portanto, inserido em um determinado contexto plenamente formalizado, dado e pronto (BERGER, 1986; BERGER; LUCKMANN, 1985).

Dada a configuração estrutural existente, pode-se afirmar que os seres humanos, pensando-se neste contexto social, estão envolvidos pelo que se denominou *teoria das dependências*, termo utilizado também por Kowarick (1985), a qual consiste em abarcar fenômenos macroestruturais políticos, econômicos, sociológicos e culturais, analisando-se a trajetória histórica das sociedades periféricas, considerando-se suas relações com os países centrais, tendo, portanto, uma explicação de caráter global para as formações sociais latino-americanas.

Esta teoria facilita a compreensão dos arranjos sociais que norteiam, inclusive as políticas públicas adotadas no Brasil, capazes de promulgar leis que valorizam o lazer como um direito constitucional, ao mesmo tempo em que se resvala nos grandes desafios para de implementação das mesmas

Tendo em vista tal realidade e no sentido de contribuir para ampliar as possibilidades de disseminação de soluções viáveis de aprimoramento das políticas de lazer, será apresentado, a seguir, o projeto denominado Canoagem Popular, desenvolvido na cidade de Piracicaba-SP, interior do Estado de São Paulo, analisando sua organização estrutural e a forma como este pode servir como um exemplo para a tão almejada democratização das práticas no contexto do lazer, mais particularmente, neste caso, das atividades de aventura na natureza.

O projeto canoagem popular do município de Piracicaba

Em 1989 foi instituído, pelo poder público municipal, na cidade de Piracicaba, o Projeto Desporto de Base, apresentando uma política esportiva voltada para a garantia de

oportunidade a todos os munícipes (GODOY et al., 1992), sendo a canoagem um pequeno ramo das diversas modalidades esportivas existentes.

A Canoagem, um esporte discriminadamente considerado como "não convencional" e elitizado passou a fazer parte do ciclo esportivo popular, surgindo, em 1991, a "canoagem popular", tornando esta cidade uma das pioneiras na perspectiva de popularização da canoagem no Brasil.

Com o início das aulas de canoagem em tal projeto, a modalidade se expandiu na cidade, necessitando a criação de uma associação, para viabilização do crescimento da mesma. Essa associação, em princípio, foi formada pelos próprios atletas, pais e adeptos da modalidade, em 1992, contudo, sem nenhum estatuto oficialmente reconhecido, passando, enfim, a ser legalmente constituída como associação em 15 de janeiro de 1998, denominada de ASCAPI - Associação de Canoagem de Piracicaba (ASSOCIAÇÃO..., 1998), a qual prevê sua constituição, duração e seus fins conforme citado a seguir:

Art 1º - A ASCAPI - Associação de Canoagem de Piracicaba, fundada em 15 de janeiro de 1998, nesta cidade, onde tem sede e foro, é uma sociedade civil sem fins econômicos, de existência por tempo indeterminado e é constituída por seus associados não respondendo estes pelos encargos por ela assumidos, regendo-se pelo dispositivo deste Estatuto, regulamentos especiais nele previstos, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e demais leis em vigor no país.

Art. 2º - A finalidade única e exclusiva da Associação é a difusão entre os sócios do desporto denominado "canoagem", promovendo a prática de torneios internos, participando de competições oficiais e difundindo a teoria deste nobre esporte e será considerada receita da entidade:

- a) Emolumentos oriundos de mensalidades pagas pelos sócios;
- b) As doações ou legados convertidos em dinheiro;
- c) As subvenções e os auxílios;
- d) Produto de multas e indenizações;
- e) Quaisquer outros recursos pecuniários que a diretoria venha a criar;
- g) As rendas eventuais resultantes de aplicações dos seus bens patrimoniais².

Depois de legalmente constituída, a associação lançou as bases do projeto Canoagem Popular, o qual pode ser compreendido considerando-se três fases distintas, porém, interligadas, conhecidas como fase I, fase II e fase III. A fase I tem como objetivo a iniciação dos indivíduos no esporte, tendo como prioridade a recreação, a massificação e a inclusão. Nesta primeira etapa, pode-se denominá-la

em questão, o índice do GINI foi de 0,558, sendo que, em 2004, este foi de 0,573 e no ano anterior 0,585.

² PIRACICABA, 1998.

literalmente de canoagem popular (principal fator para a popularização de um esporte com pouca tradição no país) e destacar a ênfase na promoção de atividades lúdicas, por meio de conteúdos programáticos adequados às faixas etárias e regras adaptadas, por meio da vivência das diferentes modalidades do esporte.

A fase II do projeto proporciona o desenvolvimento técnico com base nos regulamentos mais específicos. Em

ambas as fases, crianças, adolescentes e adultos desfrutam o esporte como fonte de educação, inclusão, lazer e prazer, gratuitamente. A fase II constitui-se no aprimoramento técnico da modalidade. Nesta nova etapa, o aluno continuará seu aprendizado, encarando novas vivências, passando, enfim, a motivá-lo a continuar nas aulas regidas por aspectos lúdicos no conteúdo programático a ser desenvolvido pelos professores.

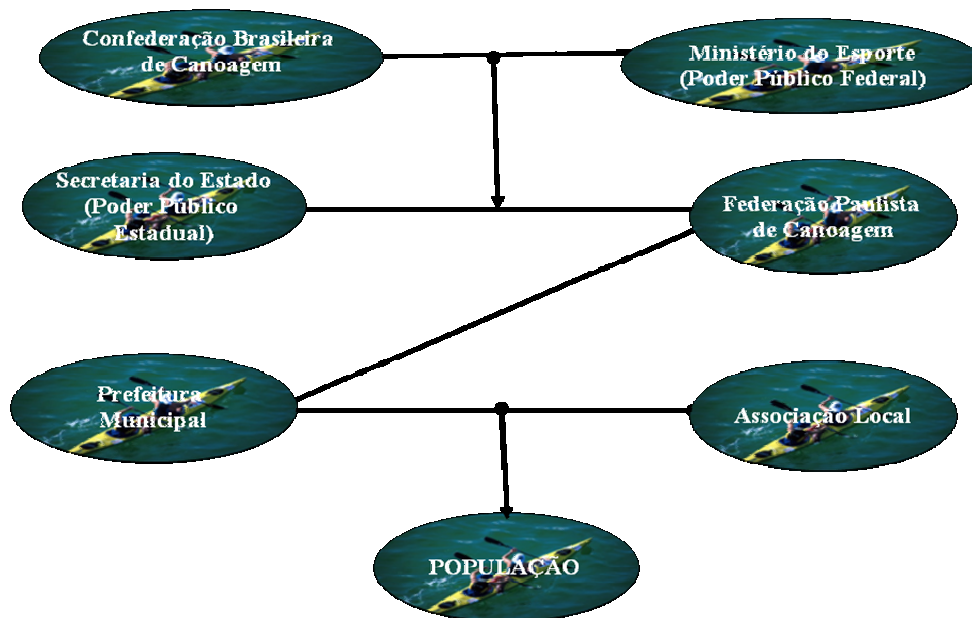


Figura 1. Estrutura multifuncional para democratização das atividades de aventura na natureza (adaptada dos estudos de Terezani, 2004).

Por fim, a terceira fase do projeto, denominada de fase III, é a que possibilita aos indivíduos reconhecer tal prática sob a forma competitiva, participando de campeonatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais, realizando, também, um treinamento mais sistematizado e específico.

Com base nestes princípios, o projeto da ASCAPI, desenvolvido no município de Piracicaba desde 1991, busca a popularização da modalidade canoagem, destacada por ser caracterizada como uma atividade física de aventura na natureza, possibilitando aos seus praticantes o despertar de novas sensações e emoções, conscientização ecológica, novos estilos de vida, com hábitos ativos e saudáveis, colaborando para maior nível de qualidade de vida e formação integral dos indivíduos.

Para a realização deste projeto, oportunizando a vivência da prática da canoagem para todos os indivíduos do município e das demais regiões circunvizinhas, é fundamental destacar o

papel da associação local e a parceria da mesma com o poder público municipal, por meio da Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM.

Outros dois fatores que contribuíram para a efetiva e melhor realização de tal projeto, possibilitando ações mais planejadas e que atendessem maior parcela da população, foram as parcerias com mais dois novos projetos, um de instância estadual e outro de instância federal, sendo eles o Projeto Rema São Paulo, criado com esforços conjuntos da Federação Paulista de Canoagem e da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo³, e o Projeto Canoa Brasil – Segundo Tempo, idealizado pela Confederação Brasileira de Canoagem e pelo Ministério do Esporte do Governo Federal⁴.

³ SÃO PAULO, 2004.

⁴ BRASIL, 2005.

Ambos os projetos, o de nível estadual e o de nível federal, foram inseridos na cidade de Piracicaba, somando esforços para a democratização do esporte nesse município, sendo organizados pela associação local, com vínculo ao poder público municipal.

Sendo assim, permite-se chegar à idealização de uma estrutura multifuncional, baseada nos estudos de Terezani (2004), a qual, acredita-se, possa ser uma das que melhor responde às necessidades de concretizar a implantação de uma política de esportes e lazer, rompendo as barreiras que afligem hoje a democratização da prática das atividades de aventura na natureza. A figura 1 mostra a importância e a necessidade da relação entre a associação local, o poder público municipal, o estadual e o federal e as respectivas federações estaduais e nacionais que regem a modalidade.

Considerações Finais

Diante da realidade socioeconômica e das condições para a prática das atividades de aventura na natureza, acredita-se que novas políticas de lazer devam ser criadas, com o intuito de disponibilizar o espaço e a oportunidade de realização das mesmas.

A intenção, neste artigo, foi refletir sobre a necessidade das relações existentes entre associações locais, poder público no âmbito municipal, estadual e federal, assim como, federações e confederações, como bem evidencia Marcellino (2006), todos engajados em projetos e iniciativas que disponibilizem, a todos os indivíduos, reais possibilidades de práticas sistemáticas e assistemáticas, compreendendo aqui as atividades de aventura na natureza, e suas relações com o lazer e a necessidade de repensar a aproximação do ser humano com a natureza.

Para que as ações sejam efetivas, não basta, apenas, apontar-se problemas, mas, torna-se necessário um esforço conjunto no redimensionamento acerca do lazer na vida humana, no sentido de favorecer outro olhar para este fenômeno, não mais encarado com o ranço de ser um privilégio para poucos, mas sim, em uma perspectiva de real direito.

Para tanto, torna-se premente a disseminação de novas linhas de conhecimento filosófico e científico, estimulando a desestabilização dos parâmetros conservadores, criando-se novas diretrizes de ação, tanto do profissional atuante, quando do poder político, superando-se a obscuridade, a opacidade e a impermeabilidade das atuais políticas de gestão.

É vital, inclusive, que sejam realizadas constantes releituras de projetos e experiências de sucesso, com foco nas

tendências de democratização, no sentido de se captar e fortalecer a dialética compreendida entre o plano conceptual (idéia) e a real inserção factual (na prática).

Não bastam, apenas, as ações de cunho social e paternalista comumente estabelecidas pelos governos, mas, urge o estabelecimento de mecanismos capazes de superar preconceitos e valorizar as iniciativas para democratização dos processos decisórios, nos mais diversos âmbitos e instâncias políticas, envolvendo profissionais competentes e pesquisadores, voltados para gerar e gerir, com maior agilidade e eficiência, superando a burocracia e os entraves e buscando novas articulações entre a sociedade civil, a comunidade organizada e os responsáveis governamentais, na provisão de serviços públicos comprometidos com o desenvolvimento da qualidade existencial.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE CANOAGEM DE PIRACICABA. **Estatuto da Associação de Canoagem de Piracicaba**. Piracicaba, 1998.

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza**. (Org.). São Paulo: Manole, 2003. p.157-202.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Projeto Segundo Tempo – Canoas Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp> Acesso em: 20 nov. 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **FGVDADOS**: informação econômica *online*. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 30 mar. 2007.

IANNI, O. **A sociedade global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GODOY, J. F. R. et al. **Desporto de base**: jogando para o desporto. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**: síntese de indicadores 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2007.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Motriz, Rio Claro, v.13, n.2, p.80-85, abr./jun. 2007

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços da cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.65-92.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v.24, n.3, p.121-143, 2003.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.) **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. **Projeto Rema São Paulo**. São Paulo, 2004.

SCHWARTZ, G. M. Emoção, aventura e risco: a dinâmica metafórica dos novos estilos. In: BURGOS, M. S.; PINTO, L. M. S. (Org.) **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.139-168.

_____. O corpo sensível como espaço ecológico. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.49-54, 2001.

TEREZANI, D. R. **A popularização da canoagem como esporte e lazer**: o caso de Piracicaba. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004. Resumo disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20044733007012006P0> Acesso em: 20 nov. 2006.

Endereço:
Tiago Nicola Lavoura
LEPESP – Depto. de Educação Física, IB UNESP – Rio Claro
Claro
Av. 24 A, 1515 Bela Vista
Rio Claro SP
13506-900
e-mail: nicolalavoura@uol.com.br

Recebido em: 22 de agosto de 2007.
Aceito em: 11 de outubro de 2007.